

# Áreas rurais marginais na Europa: estudo comparativo das causas e consequências da marginalização

Teresa Pinto-Correia (\*)



## Resumo

Dentro da diversidade das áreas rurais europeias, a tão frequentemente referida marginalização rural cobre na realidade uma grande variedade de processos, ocorrendo a escalas diferentes, muitas vezes com diferentes causas e diferentes consequências. Como noutras mudanças que têm lugar no mundo rural, os principais actores são os agricultores, visto que são eles que tomam as decisões sobre o uso do solo. O projecto que se apresenta neste artigo foi concebido justamente com o fim de compreender o processo de marginalização nas suas variadas facetas e de detectar os factores de marginalização e identificar as estratégias dos agricultores. Além disso, pretende-se seleccionar indicadores que permitam detectar e gerir as mudanças que ocorrem no mundo rural e, consequentemente, na utilização do solo e na paisagem. A análise baseia-se no estudo de áreas exemplo na Bélgica, na Dinamarca e em Portugal e, fundamentalmente, em entrevistas pormenorizadas realizadas a cada um dos agricultores dentro de cada uma das áreas.

## 1 . Introdução

Este artigo pretende apresentar as grandes linhas e algumas conclusões preliminares do projecto "Monitoring and managing changes in rural marginal areas - a

comparative research", um projecto europeu com a duração de três anos, com início em Abril de 1994, e com a participação da Bélgica, Dinamarca e Portugal<sup>(1)</sup>.

Este projecto estuda a marginalização das áreas rurais em diferentes regiões da Europa e pretende identificar, por um lado, os factores de mudança, dando especial atenção ao impacto das políticas comunitárias, e por outro lado os indicadores de mudança, que possam ser utilizados como suporte à monitorização e gestão das áreas rurais.

Mesmo considerando unicamente o mundo rural dentro da Comunidade Europeia, o conceito de marginalização, tão frequentemente utilizado, cobre um largo espectro de fenómenos, ocorrendo a diferentes escalas em diferentes regiões (Reenberg e Pinto-Correia, 1993). Marginalização pode ser definida a nível local, quando o agricultor deixa a terra fundamentalmente por razões económicas, ou a nível regional, quando se dá um declínio global da agricultura, explicado sobretudo por grandes desigualdades regionais (Mormont 1994).

Sendo assim, um dos objectivos deste projecto é também avaliar as diferenças e similaridades nos processos que têm lugar em diferentes regiões europeias, e a forma como uma única política, a Política Agrícola Comum (PAC) interfere nessas áreas.

Para cobrir a maior diversidade possível de tipos de regiões dentro da Europa, foram seleccionadas áreas no Mediterrâneo (Sul de Portugal), no centro da Europa (Sul da Bélgica), e no domínio Norte-

Atlântico (Oeste da Dinamarca). O estudo poderia ser mais completo se fosse alargado a muitas outras regiões, incluindo os mais recentes membros da Comunidade, mas tal não foi possível dentro dos limites deste projecto.

Entre as regiões consideradas, os contrastes mais evidentes têm a ver com as condições biofísicas e o tipo de produções agrícolas, mas, as estruturas rurais e o papel da agricultura na organização global da sociedade também são muito diferentes. Para além disso, em cada país europeu o sector agrícola e a sua articulação com os outros sectores de actividade são caracterizados por uma história específica, condicionando também as diferentes realidades de hoje.

A Bélgica é membro da Comunidade Europeia, hoje União Europeia, desde os anos cinquenta, e a evolução da sua agricultura tem sido ao longo destas décadas altamente suportada e condicionada pela PAC. Na Dinamarca, as transformações mais radicais da agricultura tiveram lugar no período pós-guerra, seguindo uma grande pressão para racionalizar e aumentar a produção, enquanto o sector industrial absorvia a mão de obra agrícola excedentária. Quando este país aderiu à Comunidade, nos anos setenta, a PAC estava em plena fase de expansão e o sector agrícola foi ainda mais fortemente levado à intensificação e especialização. Em Portugal, a agricultura tem sido tradicionalmente considerada como um suporte do desenvolvimento industrial e nunca foi objecto duma política global de racionalização e modernização.

O sector agrícola português tem sido sobretudo caracterizado pela sua estagnação. A meio dos anos oitenta podia-se caracterizar pela baixa capitalização, envelhecimento da população, estruturas ineficientes e falta de capacidade social e económica para competir num mercado internacional (Lourenço 1989).

Ao contrário do que aconteceu com os outros países, a entrada de Portugal na Comunidade deu-se numa fase de recessão da PAC, e apesar de ter sido estabelecida uma fase de transição e adaptação para a agricultura portuguesa, esta nunca teve, nem poderá ter, possibilidades de desenvolvimento equivalentes às que tiveram os países do Norte e Centro da Europa.

Estas diferentes evoluções condicionam, obviamente, diferentes tipos e escalas de marginalização nas áreas rurais. No entanto, com o fim de criar um quadro comum para a análise comparativa, para o projecto foi adoptada uma definição comum e funcional: o agricultor ou proprietário da terra tem dificuldades, ou não consegue de todo, adaptar-se às novas condições de mercado, do contexto sócio-económico e/ou de estrutura, e decide em consequência abandonar a produção agrícola ou mesmo a própria terra (Pinto-Correia e Sørensen, 1995). Mesmo quando a marginalização é um fenómeno à escala regional, é a nível local, em cada exploração, que as mudanças têm lugar (Jongman 1994). Este é um processo dinâmico, visto que uma mudança no contexto externo, ou uma mudança de agricultor, podem levar a uma mudança no processo em curso.

De acordo com esta definição, a análise feita neste projecto é baseada no agricultor, considerado o principal

agente no que respeita ao uso do solo e às mudanças na paisagem (Baudry 1989) e, portanto, também no que respeita à implementação de políticas. Se os agricultores não forem considerados, faltarão um dos elementos fundamentais para a compreensão dos factores de mudança no mundo rural.

## 2 . Metodologia

Em cada um dos países considerados foram escolhidas duas ou três áreas, denominadas Unidades Territoriais (UT), em regiões onde há tendência para a marginalização, ou esta é esperada. Esta selecção foi baseada em critérios qualitativos e conhecimento empírico.

Na Bélgica foram seleccionadas três áreas, dentro de três municípios (Aubange-Messancy, Manhay, Vaux-sur-Sure) localizados na região das Ardenes, no Sul do país. Na Dinamarca foram escolhidas duas paróquias, no Oeste do país, no Norte e no Sul da Jutelândia (respectivamente Fastrup e Hostrup). Em Portugal foram seleccionadas três áreas, duas no Alentejo e uma no Nordeste Algarvio (concelhos de Santiago do Cacém, Redondo e Alcoutim respectivamente).

Para cada uma das áreas escolhidas, foi feita uma caracterização sócio-económica com base em dados estatísticos, planos existentes e outros documentos escritos. Quanto ao suporte biofísico e à paisagem, a informação foi obtida através da cartografia disponível, de fotografias aéreas e de trabalho de campo.

Dentro de cada uma das áreas de estudo, todos os agricultores foram submetidos a uma entrevista pormenorizada, equivalente nos três países (ainda que com as necessárias adaptações). Na Bélgica foram entrevistados ao todo 188 agricultores, na Dinamarca 177 e em Portugal 166.

Estas entrevistas contemplam: 1) dados sociológicos, incluindo as características do chefe de exploração, da sua família, do trabalho na exploração e da sucessão; 2) a exploração, incluindo os edifícios, a maquinaria, o uso do solo e a produção animal e vegetal, agora e no passado; 3) mudanças passadas e previstas para o futuro quanto à estrutura e à produção; 4) as associações e redes sociais ou profissionais a que o chefe de exploração pertence e o uso que faz delas; 5) atitudes e perspectivas em relação à agricultura na região, a PAC, o ambiente e a conservação da natureza e da paisagem, o turismo nas áreas rurais, etc. Em cada exploração, cada parcela de exploração (com tipo de uso do solo homogéneo) foi registada, com o seu uso e cobertura vegetal no passado recente e no presente.

A análise dos dados dos primeiros quatro grupos de perguntas, baseada sobretudo em análise factorial, leva a uma tipologia dos chefes de exploração e das suas explorações. Esta tipologia, combinada com as opiniões e as expectativas expressas, possibilita a compreensão das atitudes dos agricultores em face do contexto global da agricultura e, também, a compreensão das suas estratégias.

A articulação desta análise com o registo das

mudanças no uso do solo leva à identificação das tendências actuais e permite responder às perguntas “que agricultores estão a fazer o quê, onde, e porquê?” Desta forma podem ser identificados os factores de mudança e o papel que a PAC, em especial, exerce é definido. Espera-se que esta articulação possa levar à selecção de indicadores para as áreas rurais, particularmente no que diz respeito à marginalização.

### 3 . Características dos chefes de exploração e das suas explorações

Estando este projecto ainda a decorrer, as análises mencionadas ainda não estão terminadas, sendo os resultados que aqui se podem apresentar, portanto parciais. A análise factorial e a consequente tipologia dos agricultores em cada um dos países ainda não está concluída, nem a análise das transformações no uso do solo e na estrutura da paisagem. No entanto, nesta fase é já possível elaborar uma análise comparativa, entre os três países, dos chefes de exploração e das suas explorações.

A larga maioria dos agricultores são do sexo masculino, nos três países. Em todos eles há uma grande percentagem (aproximadamente 40%) de chefes de exploração com mais de 60 anos; mas enquanto na Bélgica e na Dinamarca quase 25% são jovens, com menos de 40 anos, em Portugal este grupo é muito mais reduzido, sendo o grupo dos 40-60 anos o mais extenso - esta distribuição reflecte no entanto a total falta de jovens agricultores na UT de Barrancos, em Alcoutim, e não uma distribuição comum nas três áreas de estudo. No que respeita ao nível de instrução (Fig.1), Portugal é o único país onde há agricultores analfabetos, ou que não completaram o ensino obrigatório - pertencendo estes dois grupos mais de 70% dos entrevistados. Nos outros dois países os chefes de exploração têm no mínimo a escola obrigatória e, em muitos casos, uma formação agrícola.

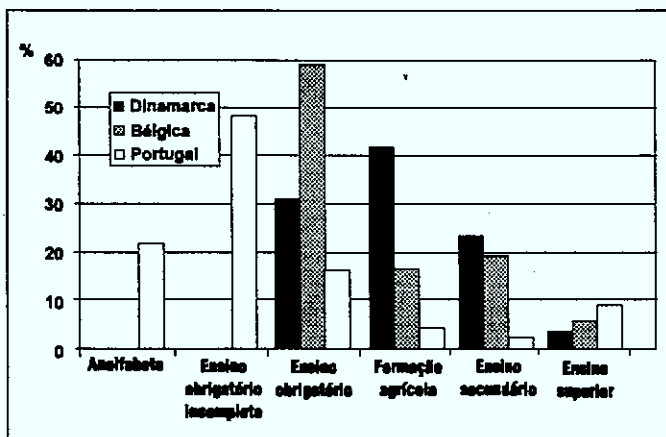


Figura 1 - Nível de instrução dos chefes de exploração. Áreas de estudo na Bélgica, Dinamarca e Portugal

Aproximadamente metade dos entrevistados em cada um dos países pertence a uma organização profissional agrícola, mas os portugueses são os que menos usam dessa organização, enquanto os dinamarqueses são os que usam mais as suas associações, para apoio administrativo e técnico, sobretudo.

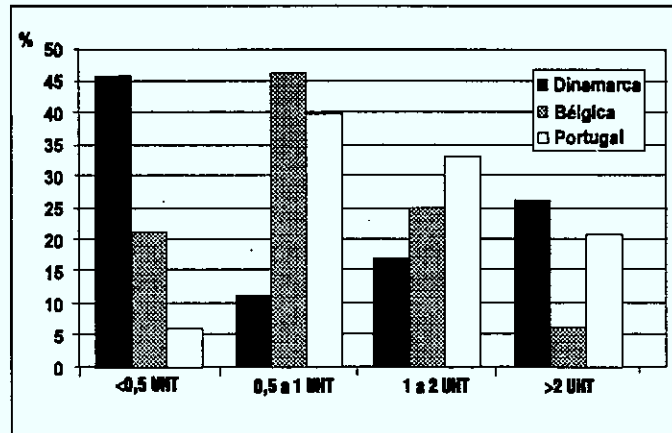


Figura 2 - Força de trabalho empregue em cada exploração agrícola. Área estudo na Bélgica, Dinamarca e Portugal (UHT: Unidade Homem Trabalho)

A distribuição da força de trabalho empregue em cada uma das explorações está representada na Fig.2. Na Dinamarca nota-se uma polarização, havendo por um lado muitas pequenas explorações, em regra de agricultores que praticam a agricultura nos seus tempos livres e, por outro, grandes explorações empregando mais do que um ou dois homens a tempo inteiro. Na áreas belgas consideradas também há algumas explorações "hobby", enquanto nas portuguesas há muito poucas. De resto, a Bélgica e Portugal têm uma maioria de explorações empregando aproximadamente uma pessoa a tempo inteiro; em Portugal, os 20% das explorações com mais do que dois homens a tempo inteiro correspondem às grandes herdades alentejanas, presentes sobretudo no Redondo.

A percentagem de área cultivada no total da área agrícola das explorações está representada na Fig.3.

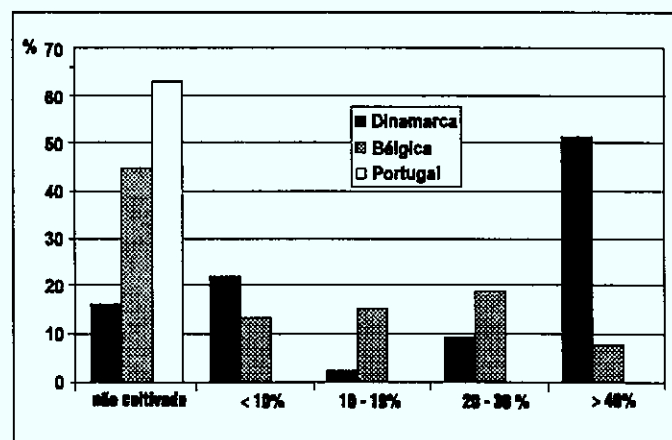


Figura 3 - Percentagem de área cultivada em cada exploração agrícola. Áreas estudo na Bélgica, Dinamarca e Portugal

Em Portugal, não foram apurados os dados para as explorações que têm área cultivada, mas mais de 60% das explorações consideradas não têm nenhuma área em cultura. Na Bélgica há aproximadamente 45% das explorações nesta situação, enquanto na Dinamarca mais do que 50% têm uma grande parte da sua área sob cultura. Nestes dois últimos países, as áreas que não têm culturas são normalmente destinadas a pastagens, enquanto em Portugal há pastagens naturais, mas também muitas extensões de mato.

A distribuição da produção de gado confirma o tipo de estrutura agrícola que se definiu acima: na Dinamarca, muitas explorações com pouco gado, e misto, e concentração da produção para o mercado em unidades de grande escala, especializadas num tipo de produção; na Bélgica, predominância das explorações médias, especializadas em gado bovino, sobretudo para leite; em Portugal há muitas explorações com animais, de vários tipos, quase só para consumo doméstico, havendo no Alentejo algumas especializadas, em ovinos ou bovinos de carne, ou mesmo suínos, e produção intensiva.

#### **4 . Atitudes e perspectivas dos chefes de exploração**

As perguntas feitas para detectar as atitudes e opiniões dos chefes de exploração são muitas, mas algumas permitem claramente identificar comportamentos diferenciados entre os casos dos três países.

Quanto às perspectivas para o futuro da agricultura na sua região, os entrevistados na Dinamarca prevêem sobretudo a continuação da actual tendência para especialização e concentração da produção, continuando o número de quintas "hobby" a proliferar. Os belgas prevêem a manutenção da actual estrutura e tipo de produção, mas salientam a necessidade de suportes ao rendimento agrícola e de melhoramentos técnicos e na estrutura de propriedade. Muitos dos entrevistados belgas lamentam o fim do estilo de vida tradicional do agricultor e a sua substituição por "empresas" agrícolas, as únicas que sobrevivem. Os portugueses falam também da necessidade de transformações técnicas, mas quase 40% prevêem o total desaparecimento da agricultura na região - aspecto que não é de todo referido nos outros dois países.

À pergunta "o que sabe e pensa da PAC ?", as respostas dadas foram muito variadas, havendo no entanto nítidas diferenças entre os três grupos nacionais. Os dinamarqueses conhecem bem a PAC e referem pormenores da política de mercados ou da de estruturas. Os belgas conhecem bem a PAC, mas exprimem sobretudo o seu desacordo e falta de confiança que têm nas políticas comunitárias. Os portugueses são os que menos conhecem a PAC: só 14% a conhecem bem, sobretudo nos aspectos que lhes interessam particularmente; 74% afirmam conhecer a PAC mas não o suficiente para exprimir uma opinião e 12% conhecem e recebem alguns subsídios, mas não sabem o que é a PAC.

Para além disso, os dinamarqueses são os mais conscientes quanto aos problemas ambientais relacionados com a agricultura, os belgas quanto à paisagem, e os portugueses raramente têm comentários sobre estes dois temas. Muito poucos dos entrevistados acreditam no turismo como fonte de rendimento alternativo para os agricultores, mas também poucos são contra o turismo. Os entrevistados no Alentejo reagem muito negativamente à exploração da caça tal como tem sido organizada até agora, nomeadamente à caça turística.

#### **5 . Tendências de mudança**

Considerando cada um dos países por si, especificamente as regiões estudadas através dos casos apresentados, algumas tendências globais de mudança podem ser descritas.

Na Dinamarca, as duas UT consideradas são tidas como áreas marginais, mas mantém uma agricultura intensiva, reagindo aos problemas de solos, irrigação e isolamento através duma especialização na produção animal e concentração em grandes e efectivas unidades de produção. Estas unidades são expansivas, tendem a tornar-se cada vez maiores, absorvendo assim toda a terra libertada de explorações em decadência, normalmente por envelhecimento do chefe de exploração sem que haja sucessor. Por outro lado, estas áreas são atractivas para agricultores a tempo parcial, que adquirem pequenas propriedades, com alguma terra agrícola, a um preço relativamente baixo, em regiões de elevado valor paisagístico.

Não há portanto aqui terra marginal, abandonada; além das explorações intensivas, o que há são pequenas extensões de terra explorada extensivamente, pertencendo a essas quintas "hobby" e contribuindo para a diversidade da paisagem. O dinamismo agrícola da região está assegurado pelas unidades intensivas e a área continua, de certa forma, a ser atractiva para jovens e novos residentes que não dependem economicamente da agricultura.

Na Bélgica, a situação é diferente duma área estudada para outra, mas há características comuns. Ainda há produções extensivas de gado, mas só as modernas, intensivas, é que tem perspectivas de sobreviver nas actuais condições de mercado, através duma intensificação e especialização crescente. Os velhos agricultores, sem sucessor, não vendem as suas terras, preferem plantar abetos e pinheiros para produção de madeira - o que se traduz numa paisagem cada vez mais fechada e homogénea, com floresta intensiva por um lado e, campos de culturas e pastagens também intensivos, por outro. Também aqui, não há terras abandonadas - só a plantação é que pode ser considerada como um sinal de marginalização.

As áreas estudadas em Portugal são aquelas em que os efeitos da marginalização são mais claros, verificando-se uma extensificação ou mesmo abandono

do uso do solo. Os sistemas agrícolas tradicionalmente pouco intensivos, como o montado, vão-se tornando cada vez mais extensivos, através do desaparecimento das culturas na rotação, substituição de pastagens cultivadas por pastagens naturais e menos carga animal. Os pequenos e médios agricultores permanecem nas suas terras, mas não conseguem competir nas actuais condições de mercado e são portanto marginalizados. Tanto estes como os grandes proprietários tentam manter uma certa produção, com um mínimo de custos e sem arriscar investimentos. A nível paisagístico, esta evolução reflecte-se num aumento das áreas cobertas de mato e no progressivo desaparecimento dos sistemas de produção tradicionais, que correspondiam a paisagens específicas de alto valor em termos estéticos e de biodiversidade.

## 6 . Conclusão

Os problemas da marginalização rural não aparecem de forma equivalente nos três países considerados, apesar de todas as áreas estudadas serem consideradas áreas com potencialidades, sobretudo a nível biofísico, para a ocorrência da mesma. Pode-se concluir que as condições naturais são um factor importante, mas não determinante, visto que as dificuldades que impõem podem ser superadas, ou contornadas.

A marginalização afecta especialmente as áreas portuguesas - se considerarmos os agricultores, são também os portugueses que se diferenciam por ter o mais baixo nível de instrução e de organização, e que têm as maiores dificuldades em definir estratégias. Em geral, os agricultores portugueses estão pouco informados, conhecem mal a PAC e outras políticas comunitárias, e não estão de todo atentos a questões de ambiente ou paisagem. Talvez por isso, são também eles os mais pessimistas em relação ao futuro da agricultura na sua região.

No Sul da Bélgica o nível de informação dos entrevistados não é tão elevado como na Dinamarca, mas há, no entanto, estratégias definidas, de intensificação ou de plantação das terras agrícolas, que resultam na não existência de terras abandonadas,

É impossível prever qual seria o panorama nas áreas portuguesas estudadas, se os agricultores tivessem o mesmo nível de instrução e preparação que os seus colegas dinamarqueses, mas é no entanto clara a importância que têm as características dos agricultores para a evolução da agricultura numa dada região.

Por outro lado, pode-se concluir que as diferentes

medidas comunitárias para a protecção do mundo rural, para a manutenção dos sistemas agro-silvo pastorícios extensivos, para a preservação de paisagens específicas de alto valor, as medidas de acompanhamento da PAC e outras, mesmo se, em princípio, constituem instrumentos que se poderiam aplicar aos problemas das áreas marginais portuguesas, têm muito poucas hipóteses de sucesso. Porque falta informação, conhecimento da parte dos agricultores, e as medidas por si próprias não se implementam. Talvez não fosse má ideia começar por preparar os principais interessados.

## 7 . Referências bibliográficas

- Baudry J., 1989. Interaction between agricultural and ecological systems at the landscape level. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 27: 119-130
- Jongman R., 1994. Marginalisation: complex landscape ecological changes. Just in Case: Agriculture in Retreat. National Physical Planning Agency, The Netherlands (in press)
- Lourenço N., 1989. Los agricultores portugueses y la Europa agraria: Estructura social y estrategias de mercado. *Agricultura y Sociedad*, 51: 151-176
- Lourenço N., 1991. Família Rural e Indústria. Ed. Fragmentos, Lisboa, 356 pp.
- Mormont M., 1994. The "marginalisation" of agricultural land. Just in Case: Agriculture in Retreat. National Physical Planning Agency, The Netherlands (in press)
- Pinto-Correia T. and Sørensen E.M., 1995. Marginalisation and Marginal Land, processes of change in the countryside. Institute of Development and Planning, Aalborg University, Sriftserie 152, 13 pp.
- Reenberg A. and Pinto-Correia T., 1993. Rural landscape marginalisation - Can general concepts, models and analytical scales be applied throughout Europe Krönert R. (Editor) *Analysis of Landscape Dynamics - Driving Factors Related to Different Scales*. EUROMAB, Leipzig, 3-18.

<sup>(1)</sup> A autora integra a equipa dinamarquesa e a portuguesa; o projecto é coordenado: na Bélgica por Marc Mormont, sociólogo, Fondation Universitaire Luxembourgaise, 6700 Arlon; na Dinamarca por Esben Munk Sørensen, engenheiro geógrafo, Aalborg University, Fibigerstræde 11, 9220 Aalborg; e em Portugal por Nelson Lourenço, sociólogo, Faculdade Nova de Lisboa, Av. Berna, 1600 Lisboa.

\* Geógrafa, Department of Development and Planning, Aalborg University, Fibigerstræde 11, 9220 Aalborg, Dinamarca